

Oposição prevê agravamento

Da sucursal de
BRASILIA

Três economistas e um sociólogo que se opõem à atual política econômica do governo — Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Lessa e João Manoel Cardoso de Mello —, reunidos ontem pelo PMDB no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, num painel sobre a situação das contas externas do Brasil, previram um quadro caótico para o futuro do País no curto, médio e longo prazos, que pode durar de 15 a 20 anos.

Segundo eles, a crise internacional de liquidez tende a piorar porque há vários indícios de que países ricos, como Bélgica, Dinamarca e Suécia recorrerão ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para não ir à bancarrota; o superávit comercial de US\$ 6 bilhões não será conseguido, pois não passa de uma "miragem"; a indústria privada nacional caminha para o "sucateamento"; a "quebra-deira" vai chegar, também, ao setor agrícola (o primeiro exemplo é a situação de insolvência de várias cooperativas gaúchas); o desemprego aumentará; o Produto Interno Bruto (PIB), já neste ano, apresentará uma queda de 5 a 10%; a inflação, em 1983, não será inferior a 100% (o índice de quase 9% verificado em janeiro seria o primeiro prenúncio dessa realidade) e, em consequência disso, o Brasil terá de reformular, em bases muito mais severas, o acordo feito com o FMI, a menos que existam compromissos — como eles creem — entre o governo brasileiro, a diretoria do Fundo, os banqueiros internacionais e até o próprio governo dos Estados Unidos.

O simpósio, que contou com a presença de parlamentares antigos e recém-eleitos, estudantes e economistas brasilienses, serviu para que o PMDB, por meio de seus economistas, aprofundasse o seu diagnóstico sobre a situação brasileira. Serviu, ainda, para que os parlamentares, como o presidente do partido, Ulysses Guimarães, e o seu líder, Odacir Klein, aproveitassem a oportunidade para criticar o "autoritarismo" governamental e a "ditadura" do regime no campo econômico, representado pelas negociações com o FMI e as mudanças na política salarial, por decreto-lei.

NADA DE NOVO

Os conferencistas não apresentaram nenhuma proposta substancial para o País superar o atual impasse, limitando-se a relacionar algumas alternativas que acreditam serem viáveis para solucionar um ou outro problema. Para eles, País é viável, mas muito mal administrado. O problema só pode ser solucionado, segundo João Manoel Cardoso de Mello, com outra política econômica, que tenha como fundamentos: uma reforma tributária ampla; uma profunda alteração do sistema financeiro; e a definição de uma política industrial. Não especificou, entretanto, como essas políticas seriam implementadas.

No seu entender, a recessão que o governo está impondo ao País, há três anos, não levará à solução dos problemas estruturais da economia, devendo servir apenas para esmagar o coração da indústria brasileira.

"Não vamos imaginar que somos diferentes da Argentina. Tal como lá, estamos em situação de regressão econômica que leva, naturalmente, ao sucateamento da indústria nacional", afirmou.

Para o senador Teotônio Vilela, o PMDB está esquecendo um ponto fundamental que é a mobilização da

sociedade pelas suas bases (sindicatos, associações de classe, comunidades de bairro), na sua opinião, "esses bonitos" debates não conduzem à conclusão alguma e só servem para tornar todos os partidos um grande PDS. Ele acha que o partido deve apresentar plano contra a crise.

O professor Celso Furtado — antigo defensor da renegociação conjunta da dívida externa de todos os países do Terceiro Mundo — foi o primeiro a falar e resolveu "parafrasear alguns de nossos economistas de direita, que sempre vêem falácias em todo o raciocínio que leva em conta as gritantes injustiças sociais que caracterizam nosso País". Na sua opinião, a política econômica que vem sendo seguida fundamenta-se em cinco teorias: "1) interdependência internacional, não no sentido apregoado pelos dirigentes nacionais, mas sim na direção da concentração da renda em benefício dos ricos; 2) os banqueiros internacionais conhecem mais os nossos problemas e julgam melhor o que nos convém do que nós mesmos; 3) nosso credores estão muito preocupados com o que decidimos neste momento, como se a solução da crise internacional dependesse de nós; 4) nosso desenvolvimento se funda em importante fluxo de poupança externa; 5) a melhor forma de sair da grave situação em que nos encontramos consiste em persistir na recessão e em exigir sacrifícios ainda maiores do povo".

INTERNACIONALIZAÇÃO

Para Celso Furtado o País chegou à atual situação porque permitiu a internacionalização do seu sistema financeiro e monetário. Segundo ele, "o Brasil não tem reservas suficientes para sustentar mais de cem agências de bancos nacionais no Exterior e abrigar tantas dependências de bancos internacionais no País". Na opinião de Furtado, essa internacionalização reduziu a margem de manobra do governo, que não dispõe mais de instrumentos para controlar e regular suas políticas monetária e fiscal, motivo pelo qual não consegue baixar as taxas internas de juros.

O ex-ministro acha indispensável que sejam debatidas e respondidas as seguintes questões: 1) qual a natureza e a extensão dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro no atual processo de renegociação da dívida externa?; 2) que fatores estão impedindo o governo de definir claramente uma política nos campos monetário, cambial e fiscal?; 3) que futuro se está preparando para o País se forem interrompidos todos os planos de investimento?

Na sua opinião, se o Brasil continuar com a atual política econômica, em pouco tempo terá desmantelado e tornado obsoleta boa parte da indústria de bens de capital, que Furtado considera o "principal instrumento de autonomia das decisões na política de desenvolvimento".

Carlos Lessa voltou a criticar a atitude do governo em responsabilizar o FMI para modificar a atual lei salarial: "É rigorosamente desnecessária a mudança feita para solucionar o problema da dívida externa" — disse.

Para o futuro senador por João Paulo, Fernando Henrique Cardoso, o Brasil, precisa repensar o comércio internacional e partir para uma política de acordos bilaterais de troca direta com os países do Terceiro Mundo. Celso Furtado, entretanto, alertou que essa prática é condenada pelo FMI, "partidário do livre comércio".

da crise

SÁBADO — 29 DE JANEIRO DE 1983